

Promotoria vai tentar derrubar lei

O promotor de Defesa do Patrimônio Público, Ventuval Martins Vasconcelos, aguardará a publicação da lei no *Diário Oficial* do DF para tomar as providências que considerar cabíveis.

Caso o governador Joaquim Roriz sancione o texto, Ventuval pode entrar, em nome do Ministério Público, com uma ação civil pública contra os aforamentos — cessão do domínio em caráter perpétuo, mediante pagamento de anuidade —, pelo menos até o dia 1º de janeiro.

Um dos instrumentos que o Ministério Público pode usar para derrubar a lei é o decreto federal que tombou o Plano Piloto. Ele impede modificações feitas com as invasões de áreas públicas. O decreto tem mais força que uma lei distrital.

Posse — No caso dos condomínios irregulares, fora do Plano, a Promotoria pode argüir inconstitucionalidade da lei, baseada no fato de o patrimônio público não ser suscetível de reivindicação de posse.

Como alguns procuradores entendem que o projeto de lei aprovado não especifica de que forma o beneficiado pode ser possuidor da área, acreditam que possa haver abertura para reivindicação de posse.